NOVEMBRO 2026

209ª EDIÇÃO

GAZETA DO POVO

REVISTA

BOMBA CONTRA A FAMÍLIA

7 retrocessos do projeto do Novo Código Civil, que pode ser aprovado às pressas no Senado



Imagem criada comChatGPT-AI

Editorial: Fim do inquérito das "fake news" é só o começo da reparação do arbítrio

5 catástrofes que podem afetar o Brasil e justificar o alerta da Defesa Civil para estocar comida

Índice

Editorial: Fim do inquérito das “fake news” é só o começo da reparação do arbítrio **04**

Anne Dias: Conheça o MPT: o órgão criado na ditadura Vargas **11**

Paulo Briguet: O Enem e as mentiras do socialismo: quem não lacra, não passa **20**

Novo Código Civil é bomba contra família e pode ser aprovado às pressas no Senado **27**

“Imposto do pecado” vai encarecer carros no Brasil a partir de 2027: veja quais **38**

PF vive nova guerra interna após substituição de delegados do caso Master **58**

5 catástrofes que podem afetar o Brasil e justificar o alerta da Defesa Civil para estocar comida **77**

USUÁRIO DE ANDROID: PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP ACROBAT READER

GAZETA DO POVO



CONHEÇA O

SABER

Temas fundamentais não podem passar despercebidos. Acesse a homepage da Gazeta do Povo com conteúdos aprofundados e para reflexão

ACESSE AGORA!



Fachin arquivou o inquérito das fake news, depois de assumir a relatoria que estava com Alexandre de Moraes. (Foto: ChatGPT sobre foto de Alejandro Zambrana/STF)

EDITORIAL

Fim do inquérito das “fake news” é só o começo da reparação do arbítrio

Quase sete anos e sete meses depois de sua instauração, o inquérito das *fake news* finalmente está arquivado. Na segunda-feira, a

Procuradoria-Geral da República voltou a pedir o fim da investigação, repetindo o que fizera já em abril de 2019, poucos dias depois de sua abertura; mas, se naquela ocasião (e em várias outras que se seguiram) o Supremo Tribunal Federal desafiou o Ministério Público e manteve o inquérito em andamento, desta vez o presidente Edson Fachin fez o certo. Depois de assumir a relatoria, escanteando Alexandre de Moraes, Fachin já vinha dando indicações de que pretendia colocar um ponto final no que seu colega Marco Aurélio Mello chamara de "inquérito do fim do mundo". Mas, se o fim da investigação garante que novos abusos já não serão cometidos (ao menos não dentro desse inquérito), é preciso consertar o enorme estrago feito à democracia brasileira enquanto ele esteve aberto.

Um começo, que Fachin já garantiu, é o fim do sigilo sobre todos os atos realizados dentro dessa investigação. No momento, está sendo feita uma triagem para a separação de dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade, como informações de sigilo fiscal ou telefônico; quando esta etapa estiver concluída, o sigilo dos autos será levantado. Esta era uma providência que a **Gazeta do Povo**, dias atrás, havia cobrado de Fachin, e sua disposição em não deixar que o segredo se perpetue é louvável. Talvez nem mesmo o ministro se dê conta, neste momento, do quão históricos podem ser os desdobramentos de sua decisão.

> ***Milhares de brasileiros têm o direito de saber o que fizeram de tão grave aos olhos de Moraes (e apenas dele) para serem censurados, terem seus sigilos violados, contas bancárias congeladas ou passaportes cancelados***

Guardadas as devidas proporções, o fim do sigilo sobre o inquérito das *fake news* poderá ser comparado à abertura dos arquivos da Stasi, a antiga polícia política da Alemanha Oriental, realizada após a reunificação alemã. Milhões de alemães do leste puderam, enfim, saber que informações o governo comunista tinha sobre eles, e que pessoas, dentro de seus círculos, eram os informantes. Foi um momento doloroso, mas que expôs a verdade, inclusive a quem se recusava a aceitar o caráter totalitário do regime deposto. Da mesma forma,

milhares de brasileiros têm o direito de saber o que fizeram de tão grave aos olhos de Moraes (e apenas dele) para serem censurados, terem seus sigilos violados, contas bancárias congeladas ou passaportes cancelados. O país inteiro tem o direito de saber quantas vozes o Supremo calou nestes mais de sete anos e meio. E, assim esperamos, a exposição completa do abuso irá finalmente acordar aqueles que, por razões as mais diversas, ainda hoje acreditam que todo esse arbítrio foi necessário para a “defesa da democracia”.

O fim do sigilo, no entanto, ainda que fundamental, não pode ser o passo final. A ordem de arquivamento não anulou provas, acordos ou decisões anteriores, e também não afetou ações penais já instauradas e investigações autônomas, que continuarão tramitando normalmente. Mas sabe-se que o inquérito, além do vício de origem – foi aberto de ofício, usando de forma distorcida um

artigo do Regimento Interno do STF –, foi marcado por inúmeras outras ilegalidades. A maioria dos investigados não tinha prerrogativa de foro, e por isso seus casos não poderiam estar no STF; a suspensão de contas em mídias sociais não tinha previsão legal; a imunidade parlamentar foi violada em ao menos um caso, o de Daniel Silveira. Por muitíssimo menos, por "nulidades" inventadas, o Supremo desmontou a Lava Jato, invalidando condenações, multas, acordos e atos processuais; o mínimo que a corte tem de fazer agora é anular os processos em foro errado, as decisões *contra legem*, enfim, absolutamente tudo o que não tenha respeitado o devido processo legal – e, quando for possível, compensar as vítimas dos abusos.

Foram sete anos de arbítrio. O inquérito das *fake news* foi vendido (e comprado por muitos) como a salvação da democracia brasileira, mas serviu para

sua destruição, na forma de censura, de abusos, de violação sistemática de garantias constitucionais, de hipertrofia do Judiciário. Demorou demais para ser encerrado, e essa demora causou um estrago que só poderá ser consertado à custa de muita coragem – inclusive da parte dos que, no passado, validaram o inquérito e que poderiam muito bem reconhecer o erro agora. Que o Supremo não negue aos brasileiros, agora, o direito de saber toda a verdade e de ver responsabilizados aqueles que foram muito além de uma mera interpretação equivocada da lei (nunca passível de punição) para violar a Constituição e a democracia de maneira flagrante, que jamais pode voltar a se repetir.



Voltar ao índice

GAZETA DO POVO



O MPT vive do conflito entre patrão e empregado, e o PT vive da dependência do brasileiro em relação ao Estado. Ambos precisam de um trabalhador que jamais se liberte. (Foto: Imagem criada utilizando Chatgpt/Gazeta do Povo)

OPINIÃO

Anne Dias

Conheça o MPT: o órgão criado na ditadura Vargas

Permita-me apresentar um personagem.

Ele nasceu em 1939, sob a caneta de Getúlio Vargas na ditadura do Estado Novo. E já veio ao mundo com uma herança.

Treze anos antes, a Itália de Mussolini tinha entregado ao Estado os conflitos entre patrões e empregados, proibindo greves e transformando sindicatos em órgãos do partido.

Tudo em nome do trabalhador.

Nosso personagem herdou o discurso. Chama-se Ministério Público do Trabalho, vulgo MPT.

Hoje ele conta com 782 procuradores, mais de 3 mil servidores e um orçamento de 2,4 bilhões de reais por ano. Ele cresceu como poucos. Em 2010, o governo Lula criou mais de 3 mil cargos para a

estrutura. Em 2023, ganhou 30% a mais de subprocuradores. Em 2024, dividiu com o MPF centenas de novos cargos de confiança.

É muita gente e muito dinheiro. Mas sejamos justos: com tanto investimento, o trabalhador brasileiro deve estar cada vez mais protegido, certo?

Errado. A Justiça do Trabalho recebeu 2,3 milhões de ações novas em 2025, uma a cada 14 segundos. Para um país com um “protetor” tão caro, são trabalhadores insatisfeitos demais.

E é justamente desse conflito que o personagem vive.

Pense na lógica. Um órgão que existe para mediar a guerra entre quem emprega e quem trabalha precisa que a guerra continue. Se as relações de trabalho no Brasil ficassem simples e pacíficas, para que serviriam 782 procuradores? O personagem depende do problema para existir. Por isso, ele não resolve: ele alimenta.

Quer ver essa engrenagem na prática? No dia seguinte à eleição, empresários cansados de pagar a conta do governo e ainda ser tratados como vilões foram às redes desabafar: dali em diante, pensariam duas vezes antes de contratar quem não compartilha seus valores.

Foram algumas linhas digitadas no celular, no calor da derrota. Um post. Um convite à reflexão.

Nenhuma ordem, nenhuma demissão, nenhuma ameaça a quem já trabalhava com eles.

Dois dias depois, o MPT estava sentado à mesa de coletivas ao lado do ministro do Trabalho, Luiz Marinho, ex-presidente da CUT e amigo de Lula desde os tempos de sindicato.

O alvo estava escolhido e o maquinário começou a moer.

Logo depois, o MPT protocolou ao menos nove ações civis públicas, exigindo remoção de posts, vídeos de retratação e indenizações de até 5 milhões de reais. Nem a plataforma escapou: da Meta, dona do Instagram, o órgão cobrou 50 milhões, multa de 500 mil por publicação

mantida no ar e a suspensão de perfis reincidentes.

Num processo desse tamanho, certamente estamos falando de trabalhadores demitidos em massa, certo? Claro que não. No caso mais grave, o de 5 milhões contra um CPF, a própria petição do MPT não aponta uma única vítima nem uma testemunha. Tudo se apoia em denúncias anônimas. E, na mesma peça, o órgão garante que a ação não pretende restringir manifestações políticas. Pede 5 milhões por um post e jura que não é censura.

E antes que digam que os boicotes vêm dos dois lados: vêm, sim, e são legítimos. Qualquer consumidor pode deixar de comprar de quem quiser, à esquerda ou à direita. Eu não estou falando de boicote, estou falando de censura. Todos os processos do MPT miram pessoas de direita que se

manifestaram nas redes. Nenhum influenciador, político ou empresário de esquerda responde a ação do órgão por pedir demissão de bolsonaristas. Pelo menos, eu não encontrei nenhum.

Quem ganha com isso? Os de sempre. O personagem, que não sai menor de processo nenhum, e seu convidado de honra: o partido, que, é claro, também se diz dos trabalhadores.

> ***O MPT vive do conflito entre patrão e empregado, e o PT vive da dependência do brasileiro em relação ao Estado***

Faz sentido. A lógica dos dois é a mesma. O MPT vive do conflito entre patrão e empregado, e o PT vive da dependência do brasileiro em relação ao

Estado. Ambos precisam de um trabalhador que jamais se liberte.

No dia em que o brasileiro puder negociar o próprio salário, escolher a própria jornada e prosperar sem pedir licença, nem o PT nem o MPT terão razão de existir.

Por isso, nenhum dos dois tem pressa em resolver o problema.

E quem perde? A lista é longa.

Cada empresário que se cala, cada empresa que desiste de crescer e cada vaga que deixa de existir pesam sobre quem não tem a estabilidade de um cargo público. Sem empresa, não há emprego. Sem emprego, não há trabalhador. E, com menos

trabalho e mais conflito, o personagem engorda a cada ano.

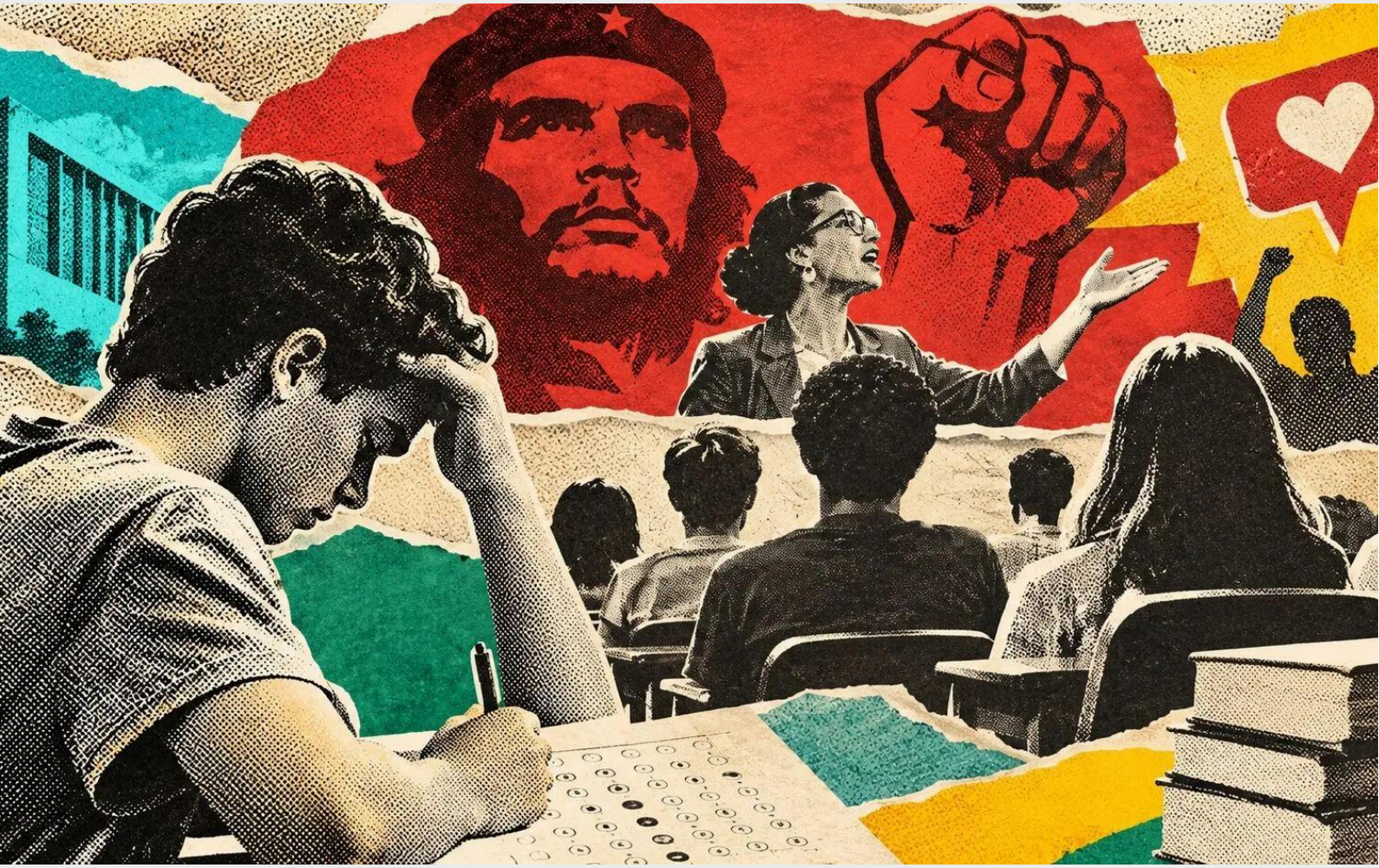
Há monstros que a gente reconhece pelos dentes. Este se reconhece pelo apetite. Cada processo o fortalece, cada orçamento o engorda, cada empresário calado vira mais uma refeição. E, como todo monstro bem alimentado, ele nunca passa fome. Quem passa, nós sabemos bem, e há muito tempo.



Autor: Anne Dias é advogada, mestranda em Ciência Política pela UFPR, comentarista e colunista da Gazeta do Povo. Tem trajetória em instituições no Brasil e no exterior dedicadas à promoção da liberdade, com experiência em Washington, D.C. É fundadora do Instituto Amplifica, iniciativa voltada à formação de vozes em defesa da liberdade no debate público. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.

Voltar ao índice

GAZETA DO POVO



O tema da redação do ENEM neste domingo foi a "valorização do Sistema Único de Saúde". (Foto: Imagem criada pelo Chatgpt/ Gazeta do Povo)

OPINIÃO

Paulo Briguet

O Enem e as mentiras do socialismo: quem não lacra, não passa

O tema da redação do ENEM neste domingo foi a "valorização do Sistema Único de Saúde". Quer dizer: se o estudante quiser ir bem na prova, tem de seguir a narrativa oficial e derramar-se em elogios para um sistema profundamente disfuncional. Em outras questões, o candidato é coagido a responder que o agronegócio — carro-chefe da nossa economia — é predatório e faz mal ao país, que o MST é um movimento admirável e que o cristianismo desrespeita as mulheres. O ENEM pune a inteligência independente e premia a vassalagem ideológica. Quem não lacra, não passa.

Nada disso ocorre por acaso. Há mais de 40 anos venho estudando o fenômeno do socialismo, inicialmente como entusiasta e, com o passar do tempo e as lições da vida, na condição de crítico e adversário irreconciliável. Uma das coisas mais importantes que aprendi sobre os regimes e

movimentos socialistas é a importância da mentira como sustentação do seu projeto de poder.

Ao contrário do que muitos ainda pensam, o socialismo não é uma forma de gerir a economia (ao contrário, ele convive perfeitamente bem com o capitalismo), não é necessariamente um regime de força militarizado e quase nunca chega ao poder através de um golpe de estado clássico. A "tomada do Palácio de Inverno" ficou para trás; hoje a esquerda prefere tomar as mentes e corações. A revolução do século XXI se faz por meio da "longa marcha pelas instituições" — instituições como o Ministério da Educação e o ENEM.

Em síntese, pode-se dizer que socialismo é o regime caracterizado pela concentração de poder político e econômico nas mãos de uma elite criminosa, que tem por objetivo drenar as forças vitais da sociedade

e, em última instância, promover a mudança radical da própria natureza humana.

> ***Essa transformação da mentira em lei universal deriva de um ataque sistemático à inteligência das pessoas***

Para realizar esse plano maligno, os socialistas precisam gerar na mente das pessoas, por meio do sistema educacional e da mídia, um permanente estado de rebelião contra a realidade, que vem a ser a principal característica da mentalidade esquerdista.

A mentira tem um papel estruturante no projeto de poder do socialismo. Como atestam os testemunhos de escritores que viveram sob regimes totalitários — Soljenítsin, Chalámov,

Klíma, Kundera, Havel, Steinhardt, Padilla, Jung Chang e tantos outros —, o cidadão que vive sob o socialismo se vê obrigado não apenas a aceitar as mentiras oficiais, como também a exaltá-las. Cria-se o dever de mentir o tempo todo. Para ser deixado em paz, você precisa aceitar como dogmas incontestáveis os exames mentirosos, as notícias mentirosas, as eleições mentirosas, os números mentirosos, os discursos mentirosos, as instituições mentirosas, as homenagens mentirosas, as condenações mentirosas, as descondenações mentirosas, a vida mentirosa. A mentira passa a ser o ar que você respira. Pensou em algum país?

Essa transformação da mentira em lei universal deriva de um ataque sistemático à inteligência das pessoas. Em seu livro “A Origem da Linguagem”, Eugen Rosenstock-Huessy estabelece as quatro

principais doenças da fala humana: a guerra, a revolução, a crise e decadência. Na guerra, as pessoas não se ouvem umas às outras. É a surdez. Na revolução, as pessoas gritam o tempo todo. É a histeria. Na crise, as pessoas ficam sem respostas. É a mudez. Na decadência, as pessoas só falam e ouvem palavras vazias. É a repetição.

O Regime PT-STF conseguiu a proeza de disseminar as quatro doenças da linguagem em um só país: no Brasil, ninguém mais ouve ninguém, há gente gritando o tempo todo, as respostas jamais são dadas e o discurso público apodreceu. Eles conseguiram dividir a sociedade em grupos antagônicos e que se odeiam mutuamente.

Qual é a saída para esse quadro desolador? O próprio Rosenstock-Huessy responde: a

pacificação como disposição para dialogar, a ordem como pressuposto do êxito, a confiança como essência das relações e a renovação como sinal de esperança.

Mas todas essas soluções só serão possíveis quando os brasileiros renunciarem à grande mentira do socialismo.



Autor: Paulo Briguet é escritor, jornalista, palestrante e professor de literatura. Trabalhou em diversos jornais, revistas e assessorias de comunicação no Paraná. Foi colunista da Folha de Londrina e editor-chefe do jornal Brasil Sem Medo. Publicou diversos livros, dentre eles: “Nossa Senhora dos Ateus”, "Coração de mãe", “O Mínimo sobre Distopias” e “Diário de Moby Dick”. Já escreveu mais de 2 mil crônicas. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.

Voltar ao índice

GAZETA DO POVO



O projeto do Código Civil de Pacheco pode ganhar tramitação acelerada com a ajuda de Davi Alcolumbre. (Foto: Carlos Moura/Agência Senadoo)

Projeto de Pacheco

Novo Código Civil é bomba contra família e pode ser aprovado às pressas no Senado

Por Leonardo Desideri

O projeto do novo Código Civil pode ser levado a uma votação acelerada no Senado ainda em 2026, com mudanças profundas nas regras de casamento, filiação e herança. Há movimentação para incluir a proposta em uma agenda de urgência conduzida pelo presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), antes da renovação do Congresso em 2027.

Ainda não há uma data para a votação, mas o risco de uma tramitação apressada é concreto. A preocupação aumenta com a opacidade das mudanças: trechos estão sendo revistos nos bastidores, sem a divulgação de uma versão consolidada.

Dessa forma, a sociedade não tem como saber quais dispositivos serão mantidos, quais serão retirados e que novas regras poderão chegar à

votação. Um dos temores é que mudanças com efeitos duradouros sobre as famílias só se tornem conhecidas quando restar pouco tempo para debatê-las.

Na versão original do projeto, os pontos controversos incluem um tipo de “divórcio express” em cartório, a consolidação da “barriga de aluguel” no Código Civil, obstáculos para conhecer a identidade dos pais biológicos em casos de reprodução assistida com doadores, casamento sem testemunhas, herança para amantes e redução da proteção dos viúvos.

As mudanças atingem direitos que acompanham as famílias há décadas, redefinindo o casamento e as relações familiares. Além disso, a redação imprecisa pode transformar certas situações em disputas judiciais prolongadas.

Apresentado por Rodrigo Pacheco em 31 de janeiro de 2025, o PL 4/2025 nasceu de um anteprojeto elaborado por uma comissão de juristas presidida pelo ministro Luis Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Embora apresentado como mera atualização da legislação, o projeto altera centenas de artigos e alcança também contratos, empresas, propriedade e relações digitais. Por isso, especialistas em Direito Civil preferem chamá-lo de "Novo Código Civil".

Sete bombas do projeto do Novo Código Civil contra a família

1. “Divórcio express”: casamento poderá ser desfeito rapidamente

Um dos cônjuges poderia pedir sozinho o divórcio em cartório, com registro cinco dias depois da notificação. Se o outro não fosse encontrado, a comunicação poderia ocorrer por edital. O vínculo poderia ser desfeito sem resolver previamente pensão, guarda e patrimônio, levando a parte mais vulnerável a buscar proteção por outros caminhos.

2. “Barriga de aluguel”: risco de exploração de mulheres e de disputa pelo bebê

O projeto incorpora à lei a gestação de uma criança por outra mulher, com documento

estabelecendo quem assumirá a filiação. Embora proíba finalidade comercial, há preocupação com exploração econômica disfarçada e com a transformação da gestação em serviço prestado a terceiros. Também podem surgir conflitos entre a gestante e os responsáveis pelo projeto parental.

3. Filho pode precisar recorrer à Justiça para descobrir quem é seu pai biológico

O projeto garante o sigilo do doador de gametas e condiciona o acesso à sua identidade a uma autorização judicial, mediante motivos justificados, como questões de saúde física ou psicológica. Com isso, quem foi concebido com material genético de doadores pode enfrentar obstáculos para conhecer sua ascendência biológica.

4. Casamento sem testemunhas: menos proteção contra fraudes e coação

O projeto elimina a exigência específica de testemunhas na celebração comum do casamento e reduz outras formalidades. A preocupação é enfraquecer mecanismos que ajudam a comprovar consentimento livre, dar publicidade ao ato e prevenir fraudes. As exigências mantidas precisam ser suficientes para proteger quem está tomando uma decisão de grandes efeitos pessoais e patrimoniais.

5. Herança para amantes: retirada de uma proteção ao casamento

Uma pessoa casada passaria a poder beneficiar o amante por testamento. O projeto elimina uma trava que privilegia o vínculo matrimonial diante

da relação extraconjugal. O amante não receberia automaticamente, mas poderia ser contemplado com parte da herança, respeitados os demais limites legais.

6. Viúvos menos protegidos: risco de perder herança e o direito de permanecer na casa

Mesmo depois de décadas de casamento, o sobrevivente poderia ficar sem herança. O cônjuge deixaria de ser herdeiro necessário, poderia ser excluído por testamento e deixaria de concorrer automaticamente com filhos e pais do falecido. Também poderia perder o direito de habitação, enfrentando uma disputa com os herdeiros pela permanência na residência familiar.

7. Herança ameaçada por disputas sobre “abandono afetivo” e ofensa psicológica

O projeto amplia as hipóteses de exclusão da herança, incluindo abandono afetivo voluntário e injustificado e ofensa à integridade psicológica. Um dos riscos é ampliar a interferência judicial na história íntima das famílias, com novas disputas sobre as razões de afastamentos e rompimentos. A precisão dos critérios será decisiva para evitar injustiças.

Mesmo com versão final ainda desconhecida, há risco de pressa na tramitação

A comissão temporária que analisa o projeto teve seu prazo de funcionamento prorrogado até 22 de dezembro de 2026. A proposta, relatada por Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), já acumula

893 emendas. Esse prazo, porém, não impede que os senadores votem o texto antes de dezembro.

Para concluir a tramitação ainda neste ano, o projeto também precisaria passar pela Câmara dos Deputados. Mesmo na composição atual, a Casa tenderia a oferecer mais resistência aos pontos controversos do que o Senado, dificultando uma aprovação definitiva em 2026.

A perspectiva de um Congresso mais resistente a partir de 2027 aumenta o incentivo para que os apoiadores do Novo Código acelerem sua tramitação. Nesse cenário, aprovar o texto apenas no Senado antes da virada do ano já representaria uma vitória política importante para eles.

Por outro lado, há sinais públicos de que o projeto será reduzido. Em entrevista publicada pela Folha de S.Paulo em 19 de outubro, Efraim Filho (PL-PB), que assumiu o comando da comissão após a saída de Rodrigo Pacheco para o Tribunal de Contas da União, afirmou que pretende enxugar o texto e concentrar a discussão nos pontos de consenso. Disse não ter “compromisso com temas que podem gerar muita polêmica”.

A promessa de enxugamento, contudo, não esclarece quais mudanças nas regras sobre família serão mantidas. Até agora, sem a divulgação de uma versão consolidada, não há como saber o que chegará à votação.



Voltar ao índice

GAZETA DO POVO



Regra que mantém alíquota do IPI para Imposto Seletivo utiliza médias, de modo que determinados veículos podem ter aumento ou redução na tribuação efetiva (Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil)

Imposto Seletivo

“Imposto do pecado” vai encarecer carros no Brasil a partir de 2027: veja quais

Por Célio Yano

A substituição do IPI pelo Imposto Seletivo, conhecido como “imposto do pecado”, mudará a forma de tributação dos veículos no Brasil, o que aumentará a carga tributária de determinados modelos.

O novo tributo, criado pela reforma tributária para desestimular o consumo de produtos prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, incidirá sobre automóveis de passeio, SUVs, picapes e determinados utilitários comerciais leves.

Para o primeiro ano de vigência, o governo estabeleceu um regime temporário de transição que busca preservar o nível efetivo da tributação média atual.

No entanto, como a nova sistemática estabelece alíquotas diferenciadas de acordo com características técnicas e ambientais dos veículos, certos modelos recolherão um percentual menor do imposto, enquanto outros terão uma taxação maior do que a atual.

As regras foram estabelecidas por medida provisória (MP) publicada no último dia 4 de novembro. A mesma norma prevê que as alíquotas definitivas do Imposto Seletivo sejam discutidas posteriormente pelo Congresso Nacional, no próximo ano, com previsão de incidência a partir de janeiro de 2028.

Embora seja recolhido pelas empresas, o custo da mudança tributária tende a ser incorporado ao preço final das mercadorias. “Por ser um imposto indireto, o custo será embutido diretamente na

formação de preço da mercadoria, sendo suportado pelo consumidor final", afirma o advogado tributarista Gustavo Portugal Heinze, sócio-fundador do GMP G&C Advogados Associados.

Como será a substituição do IPI pelo Imposto Seletivo para veículos

Para a cobrança do Imposto Seletivo no ano de 2027, o governo tomou como referência o que é cobrado atualmente pelo IPI. A tributação, no entanto, partirá de bases de cálculo distintas: enquanto o IPI incide sobre o preço do produto incluindo ICMS, PIS e Cofins, o "imposto do pecado" será cobrado sobre o valor da operação na saída de fábrica, excluindo a CBS, o IBS e o próprio Imposto Seletivo, além do ICMS e do ISS, até que estes sejam extintos, no fim de 2032.

Para automóveis de passeio, classificados na posição 87.03 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), a alíquota-base partirá de 6,3%, a mesma utilizada no recolhimento do IPI. Para determinados veículos comerciais leves, a alíquota-base será de 3,9%, também mantendo o percentual do tributo atual.

Para compensar a diferença entre as bases de cálculo e evitar uma redução artificial da tributação, a MP estabelece fatores de conversão. Para veículos, o fator geral é de 1,21, que serve como multiplicador da alíquota-base após acréscimos ou redutores previstos para cada modelo ou versão.

O governo explica que o fator foi calculado para preservar as atuais alíquotas efetivas “em termos

de médias nacionais", e não para manter a carga tributária individual de cada produto. Assim, modelos que hoje são mais taxados do que a média terão redução da carga tributária, enquanto os que atualmente pagam menos terão aumento na tributação efetiva.

A identificação de quais veículos serão mais ou menos tributados, no entanto, depende da comparação entre as bases efetivas de cálculo do IPI e do Imposto Seletivo em cada operação, além do enquadramento de cada modelo e versão nos critérios técnicos previstos na legislação. Essas informações envolvem dados fiscais e comerciais dos fabricantes e importadores que não estão integralmente disponíveis ao público.

A MP permite que o Executivo reduza o fator de conversão até o limite de 1,00, com base em novos

cálculos da Receita Federal, o que significa que a própria calibração da transição ainda pode passar por mudanças.

Sobre a alíquota-base, incidirão ajustes em pontos percentuais com base em cinco critérios:

O primeiro turno das eleições terminou com a disputa pela Presidência da República se encaminhando para o segundo turno, mas não da forma como se imaginava. Enquanto praticamente todas as pesquisas mostravam Lula à frente de Flávio Bolsonaro, ainda que em situação de empate técnico, o candidato do PL recebeu pouco mais de 47% dos votos válidos, ficando dois pontos porcentuais (ou cerca de 2,5 milhões de votos) à frente do petista. Mas, se a definição sobre o próximo ocupante do Planalto ficou para o dia 25, a melhor notícia do

dia vem dos resultados para o Senado Federal.

- tecnologia de propulsão;

O primeiro turno das eleições terminou com a disputa pela Presidência da República se encaminhando para o segundo turno, mas não da forma como se imaginava. Enquanto praticamente todas as pesquisas mostravam Lula à frente de Flávio Bolsonaro, ainda que em situação de empate técnico, o candidato do PL recebeu pouco mais de 47% dos votos válidos, ficando dois pontos porcentuais (ou cerca de 2,5 milhões de votos) à frente do petista. Mas, se a definição sobre o próximo ocupante do Planalto ficou para o dia 25, a melhor notícia do dia vem dos resultados para o Senado Federal.

- eficiência energética;

O primeiro turno das eleições terminou com a disputa pela Presidência da República se encaminhando para o segundo turno, mas não

da forma como se imaginava. Enquanto praticamente todas as pesquisas mostravam Lula à frente de Flávio Bolsonaro, ainda que em situação de empate técnico, o candidato do PL recebeu pouco mais de 47% dos votos válidos, ficando dois pontos porcentuais (ou cerca de 2,5 milhões de votos) à frente do petista. Mas, se a definição sobre o próximo ocupante do Planalto ficou para o dia 25, a melhor notícia do dia vem dos resultados para o Senado Federal.•

potência;

O primeiro turno das eleições terminou com a disputa pela Presidência da República se encaminhando para o segundo turno, mas não da forma como se imaginava. Enquanto praticamente todas as pesquisas mostravam Lula à frente de Flávio Bolsonaro, ainda que em situação de empate técnico, o candidato do PL recebeu pouco mais de 47% dos votos válidos,

ficando dois pontos porcentuais (ou cerca de 2,5 milhões de votos) à frente do petista. Mas, se a definição sobre o próximo ocupante do Planalto ficou para o dia 25, a melhor notícia do dia vem dos resultados para o Senado Federal.•

desempenho estrutural e tecnologias assistivas à direção; e

O primeiro turno das eleições terminou com a disputa pela Presidência da República se encaminhando para o segundo turno, mas não da forma como se imaginava. Enquanto praticamente todas as pesquisas mostravam Lula à frente de Flávio Bolsonaro, ainda que em situação de empate técnico, o candidato do PL recebeu pouco mais de 47% dos votos válidos, ficando dois pontos porcentuais (ou cerca de 2,5 milhões de votos) à frente do petista. Mas, se a definição sobre o próximo ocupante do Planalto ficou para o dia 25, a melhor notícia do

dia vem dos resultados para o Senado Federal.

- reciclabilidade.

Somente após os ajustes o resultado é multiplicado pelo fator de conversão. Para veículos importados, há ainda um fator adicional de 1,17, aplicado cumulativamente sobre a alíquota já calculada, quando a base de cálculo corresponder ao valor aduaneiro acrescido do Imposto de Importação.

A diferenciação tributária entre veículos conforme suas características ambientais incorpora a metodologia utilizada no Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), criado em 2024 para estimular investimentos em pesquisa, desenvolvimento e produção de tecnologias automotivas mais sustentáveis no Brasil, além de

incentivar a descarbonização da frota e a modernização da indústria.

Veículos de passeio terão alíquotas diferentes de acordo com o combustível

No caso dos automóveis de passeio, modelos movidos exclusivamente a gasolina terão acréscimo de 6,5 pontos percentuais sobre a alíquota-base. Para os movidos a diesel, o adicional será de 12 pontos percentuais. Já os veículos elétricos terão redução de dois pontos percentuais.

Os híbridos também terão tratamentos distintos, conforme a tecnologia e o combustível utilizado. Um híbrido flex ou movido a etanol terá benefícios maiores do que um modelo equivalente a gasolina ou diesel.

Ajustes na alíquota do Imposto Seletivo sobre automóveis de passeio

***Fonte**: MP 1.399/2026. Os ajustes serão aplicados em pontos percentuais sobre a alíquota-base de 6,3%.*

A potência do motor também influencia o cálculo. Veículos com sistemas de propulsão de até 55 quilowatts (kW) terão redução de 2,15 pontos percentuais. Na outra ponta, modelos com potência superior a 290 kW terão acréscimo de 6,5 pontos percentuais.

A eficiência energética poderá proporcionar descontos de até dois pontos percentuais. O desempenho estrutural e a presença de tecnologias assistivas à direção também poderão reduzir a alíquota em um ponto percentual. Já os

requisitos de reciclabilidade veicular permitirão descontos de até dois pontos percentuais.

Conforme a MP, todos os critérios podem ser acumulados. Assim, dois veículos com a mesma motorização poderão ter alíquotas diferentes em razão da potência, da eficiência energética, da segurança e da capacidade de reciclagem.

A norma também diferencia os veículos comerciais leves. Para essa categoria, a alíquota-base é de 3,9%, e os ajustes por motorização e potência seguem parâmetros próprios.

Carros elétricos pagarão Imposto Seletivo, mas isenção dependerá de aprovação do governo

Um dos aspectos que chamam a atenção na nova tributação é a inclusão dos veículos elétricos

entre os produtos sujeitos ao Imposto Seletivo, apesar do objetivo declarado do tributo de desestimular bens prejudiciais ao meio ambiente.

Isso porque a legislação considera as categorias de veículos classificadas na NCM, e não apenas a tecnologia de propulsão.

Terão alíquota zero apenas veículos que tenham registro de versão sustentável concedido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e atendam cumulativamente aos requisitos legais.

Entre os critérios estão emissões de dióxido de carbono no ciclo do poço à roda, reciclabilidade, realização de etapas de fabricação no Brasil e

enquadramento na categoria de veículo prevista na regulamentação.

A diferenciação é uma forma de levar em conta também o impacto ambiental da fabricação, da cadeia de suprimentos e da destinação dos componentes dos veículos. No caso dos elétricos, isso inclui questões como a produção e a reciclagem das baterias.

PcD, autistas e taxistas também terão alíquota zero

A reforma tributária mantém o benefício fiscal para pessoas com deficiência física, visual, auditiva, mental severa ou profunda, transtorno do espectro autista (TEA) e taxistas.

A partir de fevereiro de 2027, consumidores desses grupos poderão adquirir veículos com alíquota zero de Imposto Seletivo, desde que atendam aos requisitos previstos na Lei Complementar 214/2025 e tenham o direito ao regime diferenciado reconhecido pela Receita Federal.

O limite de preço de R$ 200 mil para automóveis adquiridos por pessoas com deficiência e autistas também foi mantido.

No caso dos taxistas, o benefício continua restrito aos motoristas profissionais que comprovem o exercício da atividade e destinem o veículo ao transporte de passageiros na categoria de aluguel. A legislação também estabelece condições relacionadas à motorização do automóvel.

Picapes serão tributadas, mas caminhões ficam isentos

A classificação fiscal e as características construtivas do veículo também determinam se haverá incidência do Imposto Seletivo.

A legislação prevê a não incidência do tributo sobre caminhões com peso bruto total (PBT) igual ou superior a 3.500 kg. A exceção são as picapes, definidas como veículos destinados ao transporte de carga que dispõem de compartimento de passageiros conectado de fábrica a uma área aberta de carga.

Ou seja, uma picape não ficará livre do imposto simplesmente por ter capacidade de carga elevada ou peso bruto superior a 3.500 kg. Já um

caminhão destinado ao transporte de mercadorias, com PBT a partir desse limite, terá a isenção.

Imposto sobre veículos pode aumentar a partir de 2028

O regime de implementação gradual estabelecido pela MP 1.399/2026 vale até o fim de 2027. A partir de janeiro de 2028, a tributação deverá seguir as alíquotas permanentes que serão definidas por lei ordinária.

O governo deverá encaminhar ao Congresso Nacional, até 31 de maio de 2027, um projeto de lei com a nova estrutura de alíquotas.

Diferentemente da fase inicial, em que os fatores de conversão procuram preservar a equivalência

tributária média atual, as alíquotas permanentes poderão aprofundar a diferenciação entre os modelos, conforme seu impacto ambiental e suas características técnicas.

Até o momento, não há estimativas sobre os percentuais aplicáveis a cada categoria ou modelo de veículo. Os valores definitivos dependerão da proposta do Executivo e da tramitação no Legislativo.



Voltar ao índice

GAZETA DO POVO



Crise na PF envolve afastamento de delegados e desfiliação de Andrei Rodrigues da associação da categoria, que criticou interferência. (Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil)

Diferentes narrativas

PF vive nova guerra interna após substituição de delegados do caso Master

Por Juliet Manfrin

A exoneração de dois delegados que ocupavam funções de chefia nas investigações do Banco Master e elaboravam os relatórios técnicos sobre ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ligados a Daniel Vorcaro abriu uma nova crise na Polícia Federal (PF), com impacto na relação da direção com a categoria, provocando um novo racha interno na corporação e uma guerra de narrativas.

Fontes que acompanham o caso relatam, sob reserva, que os afastamentos dos delegados Daniel Mostardeiro Cola e Wedson Cajé Lopes provocaram acusações de interferência da direção-geral da Polícia Federal na autonomia dos investigadores e especulações sobre os motivos que levaram à decisão do diretor-geral

da PF, Andrei Rodrigues, para o afastamento dos delegados do caso.

O centro do embate são relatórios elaborados pelos dois delegados a pedido do presidente do STF, Edson Fachin, sobre menções a ministros da Corte encontradas no material apreendido durante as investigações envolvendo Vorcaro, ex-controlador do Master.

A direção da PF sustentaria que os documentos elaborados pelos delegados ultrapassaram os limites da determinação judicial, enquanto pessoas próximas dos investigadores afastados afirmam que a exoneração foi uma reação à insatisfação de Rodrigues com o conteúdo produzido, sob alegação de que os delegados teriam feito juízo de valor ou mesmo avançado

em investigações contra os magistrados, o que só pode ser feito com o aval do plenário da Corte.

Relatórios sobre ministros do STF envolvidos com Vorcaro estão no centro da crise

Os delegados participavam ativamente do comando e da elaboração de documentos sobre referências a integrantes do STF encontradas nas mensagens e nos demais elementos extraídos dos aparelhos eletrônicos de Vorcaro. Os relatórios foram solicitados por Fachin no mês passado, depois que o ministro assumiu a relatoria da Operação Compliance Zero, que investiga suspeitas de irregularidades relacionadas ao Master.

A solicitação ocorreu em meio à crise aberta no Supremo após informações sobre possíveis

relações entre ministros e o ex-banqueiro. Um relatório anterior, elaborado pela PF quando André Mendonça estava com a relatoria plena, reuniu informações sobre contatos atribuídos ao ministro Alexandre de Moraes e Vorcaro, incluindo mensagens, ligações e encontros em cerca de 300 interlocuções em apenas dois meses, de setembro a novembro do ano passado.

O documento também mencionou um contrato de R$ 131 milhões entre o empresário e o escritório de advocacia de Viviane Barci de Moraes, esposa do ministro.

A elaboração daquele material provocou uma disputa entre integrantes do STF. Moraes questionou a legalidade de iniciativas investigativas envolvendo ministros sem autorização do plenário. Em resposta, apresentou

questionamentos sobre a atuação de Mendonça na condução da operação, com base em informações de inteligência da PF.

Depois de assumir a relatoria, Fachin pediu novos levantamentos sobre eventuais referências a integrantes do Supremo no material relacionado a Vorcaro.

A orientação, segundo informações da cúpula da PF, era produzir documentos descritivos, sem avaliações sobre a conduta dos magistrados, conclusões sobre eventual responsabilidade criminal ou aprofundamento investigativo sobre todos os mencionados.

A **Gazeta do Povo** apurou que, de forma direta ou indireta, ao menos seis ministros chegaram a ser

mencionados, mas nem todos teriam ido parar nesses primeiros relatórios.

Além disso, o Ministério da Justiça e Segurança Pública pediu à direção-geral da PF esclarecimentos sobre o afastamento dos delegados. O pedido foi encaminhado por meio de ofício ao diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, na terça-feira (10).

A pasta quer saber o que motivou a mudança na estrutura responsável pelas investigações e as razões para a saída dos dois delegados das funções que ocupavam.

Duas versões para a exoneração dos delegados da PF

A principal divergência sobre a saída dos delegados estaria na interpretação do conteúdo dos relatórios. Segundo integrantes da cúpula da PF, os documentos preparados pela equipe teriam "extrapolado" o estabelecido por Fachin. Em vez de apenas registrar informações encontradas durante as apurações, teriam incluído contextualizações, cruzamentos de dados e interpretações sobre possíveis interesses e relações entre alguns ministros e Vorcaro.

A avaliação interna seria de que esse tipo de abordagem poderia ser interpretado como investigação sobre integrantes do STF. A preocupação também estaria relacionada ao risco de que eventuais questionamentos sobre a

legalidade dos documentos fossem utilizados pela defesa dos investigados para tentar comprometer outras provas reunidas no caso.

A reportagem confirmou que um ponto que teria provocado estranhamento na direção da PF foi a seleção dos ministros mencionados nos relatórios. Os documentos elaborados pela equipe, que não foram enviados ao STF, teriam citado Alexandre de Moraes, Dias Toffoli e Kassio Nunes Marques, mas não incluíram outros ministros cujos nomes também apareceriam em mensagens extraídas dos aparelhos de Vorcaro, como Luiz Fux, André Mendonça e Gilmar Mendes.

Interlocutores próximos dos delegados afastados contestam essa versão. Eles sustentam que a exoneração foi uma reação direta de Rodrigues à

insatisfação com os documentos produzidos pela equipe. A substituição dos responsáveis pelas funções de coordenação, justamente depois da elaboração dos relatórios sobre ministros do Supremo, representaria um sinal de interferência na condução de investigação sensível.

Integrantes da PF criticaram a decisão e atribuíram a saída dos delegados à determinação para que os relatórios fossem refeitos. Eles estão sendo reestruturados neste momento sob nova coordenação.

Fontes ouvidas sob reserva reconheceram que o conteúdo dos relatórios esteve entre os fatores considerados nos afastamentos, mas mencionaram a existência de outras questões sem detalhá-las. A direção da PF não confirmou

oficialmente que a exoneração tenha sido motivada pela insatisfação com os documentos.

Andrei Rodrigues rompe com associação de delegados

A crise também provocou rompimento institucional entre Andrei Rodrigues e a entidade que representa os delegados. O diretor da PF formalizou seu pedido de desfiliação da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), à qual estava vinculado havia mais de duas décadas.

O desligamento ocorreu poucos dias antes de a exoneração dos delegados vir a público e acrescentou um componente político e corporativo ao caso. A associação reúne aproximadamente dois mil delegados da ativa e

aposentados e manifestou críticas à decisão da direção da PF de retirar os investigadores das funções de coordenação.

Embora o motivo oficial da desfiliação não tenha sido informado, interlocutores de Rodrigues apontaram divergências que vinham se acumulando com a atual direção da entidade. Entre os fatores estaria a ausência de manifestação contundente da ADPF quando Mendonça determinou, em setembro, o afastamento preventivo do diretor-geral. A decisão acabou anulada por Fachin, e Andrei Rodrigues permaneceu no cargo.

Também estariam entre as razões do descontentamento a falta de manifestações da entidade contra declarações de parlamentares da

direita dirigidas a delegados da corporação envolvidos em investigações polêmicas.

Pessoas próximas ao diretor-geral também atribuem a ruptura a divergências ideológicas. O diretor teria avaliado que a atual administração da associação estava dominada por um grupo identificado demais com a direita.

ADPF vê risco de interferência na autonomia dos delegados

Na noite de terça-feira (10), a ADPF divulgou nota de repúdio ao afastamento dos delegados do caso Master. A associação classificou o episódio como grave e afirmou que as justificativas da direção da PF não esclarecem as circunstâncias das exonerações nem a determinação para refazer os relatórios produzidos no âmbito das investigações.

A entidade defendeu que os delegados tenham independência técnico-jurídica para conduzir inquéritos e afirmou que a autonomia investigativa não pode ser condicionada à posição ou à influência das pessoas mencionadas nas apurações.

Para a associação, a direção da PF deve manter distância da atividade de polícia judiciária e respeitar a condução dos inquéritos por seus respectivos presidentes.

A ADPF ainda relacionou a crise atual a um problema estrutural da instituição causado pela ausência de mandato fixo e de garantias institucionais para o diretor-geral. Na avaliação da entidade, enquanto a permanência no comando depender de nomeação sem prazo determinado,

investigações de maior sensibilidade ficam sujeitas a pressões políticas e administrativas.

Para a Transparência Internacional, situações desse tipo precisam ser esclarecidas para afastar dúvidas sobre eventual proteção de pessoas submetidas a investigações.

PF diz que inquéritos continuam sem alterações

Em nota, a PF afirmou que não comenta individualmente decisões sobre gestão de pessoal e classificou as exonerações como atos administrativos de organização interna, fundamentados em critérios de conveniência e oportunidade.

A instituição também procurou diferenciar funções de chefia das atividades investigativas.

Segundo a PF, a substituição dos responsáveis pelas coordenações não implica mudanças nas equipes que trabalham nos inquéritos em andamento. São ao menos 12 em tramitação somente no caso Master.

A corporação assegurou que permanecem inalteradas as equipes responsáveis pelas investigações tanto da Compliance Zero quanto da Sem Desconto, que apura fraudes envolvendo descontos de aposentados e pensionistas do INSS.

A estrutura administrativa da área também passa por mudanças. A Coordenação de Inquéritos nos Tribunais Superiores (Cinq), responsável por investigações envolvendo autoridades com foro privilegiado, foi elevada de nível e fica diretamente subordinada à Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado e à Corrupção (Dicor).

Antes, a unidade estava vinculada à Coordenação-Geral de Repressão à Corrupção, Crimes Financeiros e Lavagem de Dinheiro, comandada por um dos delegados exonerados. Um dos delegados deverá ser deslocado para a Superintendência da PF no Rio Grande do Sul. Outro deve seguir na Dicor, tendo em vista que preside um dos inquéritos do Master.

Relatórios serão refeitos e chegam ao STF só no fim de novembro

Como consequência dos questionamentos sobre o conteúdo dos documentos, a PF determinou a elaboração de novos relatórios sobre referências a ministros do STF encontradas no material apreendido durante as investigações envolvendo Vorcaro.

O trabalho ficará sob responsabilidade de um delegado que preside a Coordenação de Inquéritos nos Tribunais Superiores. A nova orientação seria produzir documentos individuais para cada ministro mencionado, limitados à descrição dos elementos identificados nas apurações, sem cruzamentos de informações, análises de conteúdo ou juízos de valor sobre condutas.

A intenção da direção da PF seria deixar ao Supremo a avaliação sobre a existência de elementos que justifiquem eventual aprofundamento das apurações. A corporação não deverá realizar novas diligências direcionadas aos ministros sem autorização da Corte.

As comissões de Segurança Pública e de Constituição e Justiça do Senado aprovaram nesta

quarta (11) requerimentos do senador Alessandro Vieira (MDB-SE) para ouvir, em audiência conjunta marcada para 18 de novembro, às 14h30, o ministro da Justiça, Wellington César Lima e Silva, e o diretor-geral da PF.

Eles deverão prestar esclarecimentos sobre a alteração dos relatórios da PF relacionados ao caso Banco Master e o afastamento dos delegados. A Comissão de Segurança Pública também aprovou convites aos dois delegados afastados e ao presidente da ADPF, Edvandir Paiva.



Voltar ao índice



Defesa Civil comete erro de dosagem técnica e cria alarme infundado em todo o país. (Foto: Reprodução/Instagram/Defesa Civil)

Kit de emergência

5 catástrofes que podem afetar o Brasil e justificar o alerta da Defesa Civil para estocar comida

Por Cristiano Carlos

A Defesa Civil recomendou à população brasileira organizar um kit de emergência com itens de

alimentação, hidratação e primeiros socorros com autonomia de 72 horas. Não há cenários iminentes que justifiquem essa recomendação. Mas cinco riscos internacionais têm potencial de afetar o Brasil.

Além de catástrofes naturais, os cenários de risco em potencial são a expansão do conflito na Europa, guerra híbrida e corte de cabos submarinos, agravamento da crise do petróleo e combustíveis e gargalos de produtos estratégicos.

Esses eventos podem justificar um nível maior ou menor de preparação da população para lidar com ameaças que gerem riscos para a integridade física individual. Mas todos eles tendem a afetar o Brasil de forma mais indireta do que direta.

Assim, a recomendação da Defesa Civil foi mais uma tentativa do governo de aderir a uma tendência ou moda global de preparação para catástrofes do que um alerta real para um perigo iminente, segundo analistas ouvidos pela reportagem.

Tornados, enchentes e eventos climáticos extremos

Tempestades tropicais, tornados e enchentes geram riscos diretos no Brasil e em vizinhos da América do Sul e justificam a elaboração de kits de sobrevivência e medidas preventivas. Mas esses fenômenos atingem regiões específicas e não justificam um alerta geral para que toda a população estoque comida, segundo afirmou o analista de riscos Nelson Ricardo Fernandes Silva, da ARP Analytics.

Tornados no Oeste e interior do Paraná, enchentes no Rio Grande do Sul e deslizamentos de terra na região Sudeste podem resultar em faltas generalizadas de energia elétrica. Esses episódios também têm potencial para causar o isolamento de regiões devido à interrupção temporária de estradas, pontes e aeroportos.

Nessas regiões, a estocagem de água e alimentos é uma medida recomendada para que famílias subsistam de forma independente até a chegada de socorro.

Expansão da guerra na Europa ou conflito em Taiwan

Os cenários mais prováveis de conflitos mundiais hoje são uma expansão da invasão da Rússia à

Ucrânia contra países membros da Otan (aliança militar ocidental) como Polônia, Estônia, Letônia, Lituânia ou Finlândia ou uma invasão chinesa à Ilha de Taiwan. Nesses países, recomendações como a da Defesa Civil são resultado de uma ameaça real e iminente.

Guerras na Europa ou em Taiwan tendem a não resultar em mobilização militar e participação direta do Brasil. Por isso, a possibilidade de ocorrência de combates em território nacional é praticamente nula.

Também não haveria uma escassez severa de alimentos, porque o Brasil é um grande produtor. Mas essas guerras gerariam impacto inflacionário e pressão no comércio internacional. Isso porque os países beligerantes

poderiam impor sanções a países que fizessem comércio com seus inimigos.

A estocagem de água e alimentos para determinados períodos de dias faria sentido apenas em hipótese de guerra com armas nucleares táticas (menos potentes que as bombas que atingiram o Japão no fim da Segunda Guerra).

Isso porque poderia haver correria para supermercados e postos de gasolina devido ao pânico global e não necessariamente por causa de efeitos de radiação. A possibilidade de quebra do tabu nuclear é baixa no cenário atual.

O uso de armas nucleares estratégicas (de grande porte) que arrisquem cenários de destruição

mútua assegurada entre países, como na época da Guerra Fria, é altamente improvável no momento atual, segundo analistas militares.

Guerra híbrida e corte de cabos submarinos

Think tanks, analistas e governos de países como Finlândia, Polônia e Suécia já reconhecem oficialmente o estado de guerra híbrida perpetrada pela Rússia contra países europeus. Estratégia similar é empregada pela ditadura iraniana.

Esse é um cenário baseado em sabotagens, incêndios criminosos, assassinatos, ações de hackers e invasão de espaço aéreo que passam abaixo da linha do conflito militar convencional entre nações.

O *think tank* americano Instituto de Estudos da Guerra já classifica a guerra híbrida como "Fase Zero" de uma guerra entre Rússia e países europeus ou a Otan.

A recomendação da Defesa Civil do Brasil sobre kit de emergência ocorreu em um momento em que ataques cibernéticos orquestrados contra sistemas de refrigeração de supermercados e depósitos resultaram na perda massiva de alimentos na Europa. Suspeitas da França sobre esses ataques estão sendo direcionadas ao Irã.

Em seguida, ocorreram ameaças de bomba em aviões e escolas, que provocaram situações caóticas na Europa.

Em teoria, o Brasil não seria um alvo desse tipo de ataques. Mas as defesas do país para cenários similares ainda estão em fase inicial de desenvolvimento. A maioria dos exercícios feitos pelas Forças Armadas foca em ataques cibernéticos que poderiam tirar de operação reservatórios de água e centrais elétricas.

Outro aspecto da guerra híbrida é a possibilidade de corte de cabos submarinos, as redes de fibra ótica que conectam continentes e transportam cerca de 95% dos dados de internet e transações financeiras do planeta.

Muitos incidentes vêm sendo registrados, sendo o principal deles ocorrido em dezembro de 2024, quando um petroleiro da frota fantasma russa, Eagle S, usou sua âncora para danificar cabos que conectam Finlândia e Suécia.

Ações como essas teriam potencial remoto para gerar no Brasil cenários de interrupção de fornecimento de água e energia, interrupção de serviços de internet e colapso de redes financeiras.

A preparação individual para cenários como esses não seria apenas estocagem de mantimentos, mas a criação de redundâncias. Entre elas está a compra de geradores de energia elétrica portáteis, contratação de rede de internet por satélite (Starlink) e criação de uma pequena reserva de moeda nacional e estrangeira em espécie.

Mas todas essas medidas seriam extremamente caras e não necessariamente garantiriam uma autonomia real individualmente, segundo o

analista de riscos Nelson Ricardo Fernandes Silva.

Agravamento da crise do petróleo e combustíveis

A tentativa dos Estados Unidos e de Israel de derrubar a ditadura do Irã neste ano resultou na interrupção no fluxo de petróleo e derivados pelo estreito de Ormuz. Isso gerou ondas de choque que elevaram os preços do diesel e da gasolina mundialmente.

Embora o Brasil seja autossuficiente na produção de petróleo, esse produto é uma commoditie e seu preço varia mundialmente – independentemente da produção interna do país. Além disso, o Brasil não tem capacidade para

transformar petróleo em diesel e gasolina em quantidades suficientes, por falta de refinarias.

Um eventual agravamento da crise internacional poderia gerar um impacto em cascata na economia brasileira, cuja logística depende de transporte rodoviário.

Nesse caso, não haveria falta de comida ou água, mas os preços se elevariam durante um longo período de tempo. Por isso, estocagem de produtos e combustíveis para períodos curtos não resolveria o problema.

Gargalos de produtos estratégicos

Nos últimos 25 anos, uma profunda integração econômica expandiu as cadeias produtivas para além das fronteiras nacionais e concentrou as

transações financeiras no sistema do dólar. Mas essa hiperglobalização começou a declinar recentemente quando as nações perceberam que poderiam exercer poder umas sobre as outras ao controlar produtos ou aspectos do comércio global.

Os exemplos mais famosos são o controle que a China exerce sobre a exportação de terras raras (minerais usados para fazer produtos de alta tecnologia, como chips de computador) e as sanções americanas contra rivais políticos exercidas por meio do controle do dólar e do sistema financeiro.

Na iminência do agravamento de uma crise como essa, o cidadão comum poderia, por exemplo, antecipar compras de itens como automóveis ou telefones celulares ou fazer reservas em moedas

fortes temendo futura escassez de produtos e desvalorização da moeda local. Isso pode gerar vantagens momentâneas, mas não é uma forma de mitigar riscos a longo prazo.

Segundo analistas internacionais, a imposição de barreiras comerciais e gargalos de itens estratégicos aumentam a tensão entre países com ações de proteção e retaliação em um movimento espiral. Há precedentes históricos sobre como essa tendência pode resultar em um cenário extremo.

Nos anos de 1930, segundo o artigo do historiador Nikolas Mulden *A Arma Econômica* (2022), o medo de sanções da Liga das Nações e do isolamento econômico fizeram as nações do Eixo iniciarem a conquista militar de território, resultando na Segunda Guerra Mundial.

Defesa Civil Brasileira diz que alerta tinha caráter preventivo

A justificativa da Defesa Civil Nacional para o alerta emitido no sábado (7) foi de que a publicação tinha caráter preventivo e visava apenas preparar a população brasileira para eventuais interrupções de serviços básicos causadas por desastres climáticos.

No último fim de semana, as chuvas intensas e os riscos de deslizamento de terra concentraram-se em faixas litorâneas e áreas de encosta bem delimitadas, sobretudo no Sudeste e em localidades isoladas do Sul.

Não havia sentido técnico, segundo analistas, de disseminar um aviso de autoproteção para

famílias no interior do Centro-Oeste ou no semiárido nordestino, por exemplo.

Para Fernandes, ao misturar as realidades brasileiras com as internacionais, a Defesa Civil Nacional expôs uma incapacidade de leitura técnica e contextual.

“Não acho que seria uma realidade similar à do europeu. O Brasil é praticamente autossuficiente em alimentos. Eles, ao contrário de nós, são muito dependentes de importação de alimento. Teríamos no Brasil mais aumento de preços do que uma escassez de alimentos propriamente dita”, explicou.

A explicação oficial da Defesa Civil

Logo após o post da Defesa Civil Nacional viralizar nas redes sociais, o governo federal emitiu nota esclarecendo que a recomendação para a população estocar alimentos em casa para 72 horas não tinha caráter emergencial ou alerta. A ação, de acordo com o governo, teve objetivo preventivo.

O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), por meio da Defesa Civil Nacional, esclarece que a recomendação para que as famílias organizem um kit de emergência tem caráter estritamente preventivo e não está relacionada a qualquer alerta nacional ou a uma previsão de interrupção generalizada nos serviços públicos ou de abastecimento. A orientação faz parte das ações permanentes para situações de emergência.

A Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec) divulga regularmente orientações gerais de autoproteção para diferentes situações de emergência e desastres, incluindo recomendações sobre como agir em diversos cenários de risco. O conteúdo divulgado recentemente já foi publicado anteriormente, nos dias 16 e 29 de março e 3 de abril, reforçando o caráter permanente de prevenção e preparação.



Voltar ao índice

PARA SE APROFUNDAR

- Supremo terá nova queda de braço com TSE em ação que tenta alterar resultado da eleição no Rio
- “Ajuste fiscal” de Lula não cobre nem os gastos que ele criou durante a eleição
- Mobilização de senadoras de direita pró-Tereza perturba a candidatura de Marinho
- Santa Catarina investe R$ 73 milhões para mais que dobrar potência de hidrelétrica
- Novo presidente do Paraguai terá de negociar Itaipu com Lula e preservar aliança com Trump
- Lula nem tomou posse e já está recuando das promessas

COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo Whatsapp ou pelo Telegram. Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na newsletter exclusiva para receber o link de download.

EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Daliane Nogueira e Marcela Mendes. Apoio: Jessica Lopes da Silva. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice